

**A CRISE VENEZUELANA E SEUS IMPACTOS NO ÂMBITO
BRASILEIRO: POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS DE INTEGRAÇÃO DE
REFUGIADOS NO ESTADO DA PARAÍBA**

**THE VENEZUELAN CRISIS AND ITS IMPACTS ON BRAZIL:
LANGUAGE POLICIES FOR THE INTEGRATION OF REFUGEES
IN THE STATE OF PARAÍBA**

Maria Ellem Souza Maciel
Universidade de Coimbra (Portugal)

E-mail: mesmaciel@uc.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0720-4167>

Recebido: 24/04/2022

Aceite: 28/07/2022

Publicado: 01/08/2022

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de pontuar as políticas de acolhimento linguístico de refugiados venezuelanos no estado da Paraíba, a partir de um levantamento da questão no âmbito nacional. A metodologia utilizada é a qualitativa, com o recurso a documentos e bibliografia que fundamentam a presente proposta, a qual justifica-se pela relevância do tema para a compreensão da sociedade brasileira atual, na forma como se reinventa e recebe pessoas em situação de refúgio. Através de contextualização histórica e política, apresentarei os principais fatores que contribuem para a crise migratória venezuelana no período anterior à Covid-19, passando para questões específicas que correspondem ao caso brasileiro, com a criação do *Programa Nacional de Interiorização*. A seguir, exporei alguns aspectos da acolhida promovida pelo estado da Paraíba, com especial atenção às ações do projeto *Ensino do Português como Língua de Acolhimento para Refugiados e Solicitantes de Refúgio Venezuelanos na Paraíba*.

Maciel, Maria Ellem Souza (2022). A crise venezuelana e seus impactos no âmbito brasileiro: políticas linguísticas de integração de refugiados no Estado da Paraíba. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 20, 2022, 285-306. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.vi20.24509>

Palavras-chave

políticas de acolhimento linguístico; políticas de integração; Programa Nacional de Interiorização; refugiados venezuelanos no Brasil

ABSTRACT

The present article aims to present the welcoming language policies for Venezuelan refugees in Paraíba, throughout a highlight of the issue in the national context. The methodology used is qualitative, using documents and bibliography to support this proposal, which is justified by the relevance of the theme for the understanding of current Brazilian society, in the way it reinvents itself and receives people in refugee situations. Through historical and political contextualization, I will present the main factors contributing to the Venezuelan migratory crisis in the period before the Covid-19, approaching the specific issues that correspond to the Brazilian case, with the creation of the National Program for Interiorization. Next, I will present some aspects of the reception promoted by the state of Paraíba, with special attention to the actions of the project Teaching Portuguese as a Welcoming Language for Venezuelan Refugees and Asylum Seekers in Paraíba.

Keywords

integration policies; National Program of Interiorization; Venezuelan refugees in Brazil; welcoming language policies

Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar as políticas de acolhimento linguístico dos refugiados venezuelanos no estado da Paraíba, a partir de um levantamento da recente questão dos refugiados venezuelanos no Brasil, notadamente no crítico período anterior à Covid-19. As ações do Programa Nacional de Interiorização levaram a que os estados brasileiros precisassem se adaptar à recepção desses imigrantes, o que, no caso paraibano, culminou na atuação da sociedade civil, através de ações como o projeto *Ensino do Português como Língua de Acolhimento para Refugiados e Solicitantes de Refúgio Venezuelanos na Paraíba*.

A metodologia utilizada é a qualitativa, com o recurso a materiais bibliográficos que fundamentam a presente proposta, a

Maciel, Maria Ellem Souza (2022). A crise venezuelana e seus impactos no âmbito brasileiro: políticas linguísticas de integração de refugiados no Estado da Paraíba. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 20, 2022, 285-306. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.vi20.24509>

exemplo de relatórios de órgãos oficiais, artigos recentes em periódicos online, a partir da consulta de palavras-chave nas plataformas Google Scholar e Scielo Brasil, dentre outras fontes complementares igualmente relevantes.

A relevância do tema ora proposto justifica-se pela contribuição que oferece para a compreensão da sociedade brasileira atual, na forma como se reinventa e recebe pessoas em situação de refúgio. No caso da Paraíba, a presente reflexão mostra-se particularmente significativa, levando-se em conta que, historicamente, o estado não tem tradição na acolhida de imigrantes.

Ademais da leitura de textos pertinentes para a temática, recolhidos em consulta a documentos e bibliografia disponíveis na internet, será apresentada a situação atual da ação, tendo em vista as limitações impostas pela pandemia da Covid-19, a partir de informações coletadas diretamente junto à coordenação do projeto.

Torna-se essencial, portanto, uma breve revisão bibliográfica histórica e social naquilo em que se comunica com a presente proposta, bem como o levantamento dos esforços brasileiros, notadamente na Paraíba, de acolhimento aos refugiados venezuelanos, cuja situação denuncia a urgente necessidade de integração de toda a sociedade local e nacional.

O desenvolvimento do presente artigo divide-se em três seções principais: “A Crise Venezuelana: uma questão contemporânea”; “Refugiados Venezuelanos: conjuntura e ações no âmbito brasileiro”; e “Interiorização e Políticas de Integração no Estado da Paraíba”. A primeira seção aborda as condições históricas e atuais que levaram à crise na Venezuela, fazendo com que milhares de pessoas procurassem por melhores condições de vida fora do país. Na segunda seção, busca-se apresentar os números referentes ao fluxo migratório para o Brasil e as políticas de acolhimento promovidas no nível institucional, principalmente no período anterior à pandemia da Covid-19. Na terceira e última seção, apresenta-se especificamente o caso paraibano, objetivo principal desta pesquisa, com especial atenção às ações desenvolvidas no projeto *Ensino do Português como Língua de*

Acolhimento para Refugiados e Solicitantes de Refúgio Venezuelanos na Paraíba.

A Crise Venezuelana: uma questão contemporânea

Nos últimos anos, principalmente no período exatamente anterior à pandemia da Covid-19, com a eleição de Juan Guaidó, a Venezuela viveu uma agitada instabilidade. A difícil situação entre governo e oposição, que gera complicações sociais com sérias consequências para o país e para seus vizinhos, com conflitos armados e famílias desesperadas pela oportunidade de refúgio, hoje se encontra minimamente moderada, levando ao retorno de alguns cidadãos refugiados para o país (Paredes, 2022).

O conflito de interesses e ação política entre Nicolas Maduro e Juan Guaidó entre os anos de 2018 e 2019 gerou uma ebulição social responsável por um massivo deslocamento de venezuelanos, tendo sido o Brasil um importante destino de refúgio, à época. A crise sanitária provocada pela Covid-19 arrefeceu o intenso trânsito de pessoas na região a partir de 2020, no entanto as consequências desse deslocamento permanecem notórias e passíveis de ação pelo Estado brasileiro e órgãos de suporte ao enfrentamento da situação.

Antes de tratarmos especificamente da questão dos refugiados venezuelanos no Brasil, cabe-nos tecer alguns breves comentários sobre a questão histórica e sobre como o país tornou-se um centro de conflitos políticos e sociais nas últimas décadas.

Vaz (2017) esclarece que são três os fatores que constituem a prolongada crise venezuelana: a) a crescente contestação da legitimidade do governo de Nicolas Maduro, não apenas no nível nacional, como perante a comunidade internacional, o que levou a uma condição de frágil governabilidade, atualmente acentuada pela reivindicação de Juan Guaidó como presidente, resultado da desconfiança sobre a legalidade da condução das últimas eleições realizadas em 2018, levando à adoção de medidas de exceção por parte do governo de Nicolas Maduro e ao crescente isolamento internacional; b) a vulnerável condição econômica do país, deteriorada por fatores macro e microeconômicos, como a crise no

Maciel, Maria Ellem Souza (2022). A crise venezuelana e seus impactos no âmbito brasileiro: políticas linguísticas de integração de refugiados no Estado da Paraíba. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 20, 2022, 285-306. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.vi20.24509>

tratamento do setor petrolífero e a hiperinflação, que começa a dar pequenos sinais de controle apenas no último ano; c) o agravamento da crise social, com crescimento elevado e generalizado dos números de criminalidade e violência.

Diante deste panorama, as ações dos diversos setores políticos venezuelanos culminaram no agravamento da crise, após as eleições de 2018. Nesse sentido, segundo Silva (2021):

“Diante da desestabilidade do governo Maduro explicitada pela quebra da maioria parlamentar, pela percepção popular negativa e pela crise social, em 2018, Juan Guaidó, líder da oposição e Presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, fundamentou-se nos artigos 233 (que dá poderes ao Líder da Assembleia em caso de ‘falta absoluta’ do Presidente), 333 (que autoriza cidadãos a tomarem medidas no caso de violações da Constituição) e 350 (que permite desobediência civil em caso de governo que viole os direitos humanos e princípios democráticos) da Constituição da República Bolivariana da Venezuela (1999) e, em janeiro de 2019, proclamou-se presidente interino do país. Com isso, Guaidó iniciou com o presidente eleito uma disputa de popularidade e de ameaças, descaradas e veladas, convocando protestos que culminaram em violência durante 2019” (Silva, 2021, p. 23).

Conforme análise de conjuntura social e política realizada por Vaz (2017), em artigo anterior ao agravamento da crise, a deterioração do ambiente político aliada à fragilidade econômica e social do país viria a causar tensões nos espaços de fronteira, com movimentação de pessoas em busca de terem atendidas as suas demandas básicas, ou apenas de fugirem da crise, afetando a estabilidade na região, fosse no plano bilateral ou regional. Em seu estudo, o autor apontou, ainda, que, na região amazônica, a suscetibilidade das fronteiras em relação às dinâmicas políticas, econômicas e de segurança torna-se mais acentuada quando relacionada a crises internas, pois “expõem a fragilidade dos mecanismos e instâncias de gestão públicas nesses espaços e à qual se soma a tendência de securitizar as agendas e os próprios

Maciel, Maria Ellem Souza (2022). A crise venezuelana e seus impactos no âmbito brasileiro: políticas linguísticas de integração de refugiados no Estado da Paraíba. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 20, 2022, 285-306. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.vi20.24509>

espaços fronteiriços” (Vaz, 2017, p. 4), o que acabou por se confirmar no caso venezuelano.

Refugiados Venezuelanos: conjuntura e ações no âmbito brasileiro

Fluxo migratório e situação legal

Na América Latina, é consenso a compreensão do conceito de “refugiado” a partir da integração entre elementos da Convenção das Nações Unidas (Estatuto dos Refugiados), de 1951, e de seu Protocolo Adicional, de 1967, editado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), os quais o reconhecem segundo a ameaça de que sua vida, segurança ou liberdade estão em risco por situações de violência generalizada, agressão externa, conflitos internos, massiva violação de direitos humanos ou quaisquer outras que causem perturbação na ordem pública (Andrade, 2021).

A ampliação no sentido do reconhecimento dessas particularidades para que se estabeleça a condição de refúgio na região foi editada na Declaração de Cartagena, de 1984. É esse o estatuto jurídico que permitiu que os migrantes venezuelanos justificassem a sua entrada no Brasil sob a condição de refugiados, dada a crise social e política no seu país.

Além disso, a partir do marco legal inaugurado pela Lei de Migração, de 2017, há a possibilidade de requisição de visto para residência temporária através da hipótese de “acolhida humanitária”, passível de concessão “ao apátrida ou nacional de país que esteja em situação grave ou iminente de instabilidade institucional, conflito armado, calamidade, desastre ambiental ou grave violação de direitos humanos” (Pacífico; Silva, 2019, p. 316).

No caso venezuelano, cabe observar as palavras de Andrade (2021) acerca de um importante aspecto a ser considerado quanto ao estatuto a ser auferido aos seus migrantes:

“Como em muitos contextos, é cada vez mais difícil a distinção entre migrantes voluntários e forçados. Venezuelanos

deixam as suas casas por múltiplas razões, incluindo a dificuldade de acesso a alimentação e remédios, perda de renda e a ausência de sistemas nacionais de proteção efetivos, além da politização da situação por diversos atores. No entanto, a calamitosa situação política e econômica prevaiente na Venezuela mostra que a maioria dos migrantes estão asilados em busca de proteção (acolhimento e um status legal ‘protegido’) (Andrade, 2021, p. 331, tradução livre).

Silva (2021, p. 30) chama, assim, a atenção para a situação de que os cidadãos venezuelanos se encontram numa espécie de “limbo judicial” ao chegarem ao Brasil, visto não poderem ser considerados migrantes econômicos ou turistas, cabendo-lhes apenas a possibilidade de pedido de refúgio ou de visto de residência temporária. Levando-se em conta essa dicotomia observada sobre o aspecto jurídico da chegada dos venezuelanos em território brasileiro, Pacífico e Silva (2019) optam pela denominação “migrantes forçados”, ao mesmo tempo em que lembram que o estatuto de “refugiado” em si representa o deslocamento espacial sob uma condição que envolve uma dinâmica mais importante do que o mero movimento de ir e vir. Por esse motivo, optou-se por manter a denominação de “refugiado” nesta pesquisa.

As recomendações do ACNUR para o enfrentamento da crise migratória venezuelana pelos Estados da região passam pelo alargamento da definição de “refugiado” no processamento das solicitações de proteção abertas por venezuelanos, priorizando sua análise em grupo, ou seja, de forma conjunta, visando a otimizar os prazos de concessão; além disso, o ACNUR recomenda que os Estados descartem a necessidade de análise preliminar da aplicabilidade da Convenção de 1951 para essas solicitações, examinando-as diretamente sob a égide da definição ampliada consolidada pela Declaração de Cartagena, de 1984 (Andrade, 2021, p. 332).

Para além das categorizações legais que envolvem a definição do estatuto de “refugiado”, entendemos importante trazer à

discussão as palavras de Moreira (2014), as quais ampliam a reflexão no sentido da dimensão humana e social do problema:

“A categoria de refugiado carrega em si as noções de transitoriedade, provisoriedade e temporalidade. Os refugiados se situam entre o país de origem e o país de destino. Ao transitar entre os dois universos, ocupam posição marginal, tanto em termos identitários, culturais e sociais, assentada na falta de pertencimento pleno enquanto membros da comunidade receptora e nos vínculos introjetados por códigos partilhados com a comunidade de origem; quanto em termos jurídicos, ao deixar de exercer, ao menos em caráter temporário, o status de cidadão no país de origem e portar o status de refugiado no país receptor” (Moreira, 2014, p. 87).

Após solução dos aspectos meramente legais rumo à observação das consequências da denominação de “refugiado” no plano da realidade, a marginalidade intrínseca à essa condição é uma das questões mais importantes no que se refere à necessidade de proteção e à sensibilidade quanto à situação desses cidadãos. Por esse motivo, buscar-se-á apresentar, a seguir, a situação dos refugiados venezuelanos no Brasil, suas condições de entrada e os problemas enfrentados no âmbito político e social.

Integração social no contexto do Programa Nacional de Interiorização

O Brasil é o 4º destino mais procurado pelos imigrantes venezuelanos, atrás apenas de Colômbia, Peru e Chile (ACNUR BRASIL, 2019). O fluxo migratório na Venezuela aumentou sobremaneira a partir do final de 2015, havendo disparado em meados de 2018, intensificado pela crise política após a reeleição de Nicolas Maduro.

A Lei de Migração brasileira de 2017 foi um dos fatores que permitiu um aumento do interesse no país como destino de refúgio. O grande número de deslocamentos na região amazônica, notadamente no estado de Roraima, no entanto, provocou um problema inesperado à época, para o qual foi necessária a

Maciel, Maria Ellem Souza (2022). A crise venezuelana e seus impactos no âmbito brasileiro: políticas linguísticas de integração de refugiados no Estado da Paraíba. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 20, 2022, 285-306. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.vi20.24509>

intervenção do governo federal na forma da instituição do Programa Nacional de Interiorização.

Segundo Vaz (2017), os principais aspectos que favorecem o grande fluxo migratório naquela região são: a) a facilidade de deslocamento através do eixo rodoviário Manaus-Boa Vista em direção à Venezuela, através das cidades de Miranda e Caracas; b) a histórica interação política, econômica e social na região, naturalmente formada pela situação de fronteira, oferecendo um apoio importante para aqueles que buscam uma saída imediata visando à entrada no território brasileiro; c) apesar de ameaças verbais em diversas alturas da crise atual, não há ações do governo brasileiro no sentido de impedir ou conter de forma categórica o fluxo migratório venezuelano.

Esses fatores prevalecem, ainda que diante de outros, inibidores, também apontados por Vaz (2017): a) as grandes distâncias a serem percorridas para entrada nos grandes centros econômicos e demográficos brasileiros; b) a pequena absorção de mão de obra, a partir das ofertas limitadas nas economias locais; c) a crise econômica pela qual passa o próprio estado brasileiro, com a redução das possibilidades de emprego formal e o conseqüente aumento da concorrência na informalidade; d) uma maior atração de países como a Colômbia, pelo seu maior adensamento.

A despeito das questões de foro legal quanto à concessão do status de “refugiado”, o inesperado adensamento do fluxo migratório na região de Roraima, à época, causou um problema local que precisou da intervenção do governo brasileiro a nível federal.

Conforme Moreira (2014), a sociedade receptora é a principal responsável pela integração dos refugiados num contexto de vida mais digna, independente do caráter temporário de sua estadia. Assim, cabe ao Estado receptor oferecer condições de aquisição e acesso a emprego, moradia, educação, saúde, cidadania, ações de integração social no âmbito comunitário, identificando eventuais barreiras culturais ou linguísticas que dificultem essa integração (Moreira, 2014).

A crise local provocada pelo intenso fluxo migratório na região de Roraima levou à necessidade de implantação do Programa Nacional de Interiorização, visando a que os demais estados brasileiros manifestassem interesse em acolher refugiados venezuelanos, numa ação de parceria entre os governos federal e estaduais, com coordenação do ACNUR e integração de outras entidades locais na consolidação das atividades necessárias à mínima e digna integração dessas pessoas na sociedade brasileira.

A Paraíba foi um dos catorze estados brasileiros com centros de acolhida para refugiados venezuelanos, os quais se dividiram entre os abrigos Pastoral do Migrante, na cidade de Conde, e ONG Aldeias Infantis SOS, na capital, João Pessoa. Nota-se, portanto, que, de acordo com Pacífico e Silva (2019), além da intervenção direta do Estado, uma ação de integração dessa natureza necessita do apoio de diversas outras entidades no sentido de “co-construir a realidade”: ONGs, movimentos sociais, organizações internacionais e instituições locais tornam-se imprescindíveis para o sucesso do processo de acolhimento e inserção desses refugiados no contexto social local.

São, portanto, nas palavras das pesquisadoras, “as ações desenvolvidas por ACNUR, Sociedade Civil – organizada (ONG), como Igreja Católica (via Cáritas e Pastoral do Migrante), Universidades etc.– que acolhem os migrantes e fazem com que os danos de uma migração abrupta sejam amortizados” (Pacífico; Silva, 2019, p. 327).

Previamente à exposição das ações específicas de acolhida no estado da Paraíba, cumpre-nos apresentar um pequeno comentário acerca do impacto da Covid-19 nos grandes fluxos migratórios venezuelanos observados a partir de 2015 e intensificados em 2018, no Brasil.

Impactos da Covid-19 no fluxo migratório venezuelano no Brasil

Na última década, o aumento do número de imigrantes refugiados que veem o Brasil como um destino de oportunidades para o restabelecimento de uma mínima dignidade econômica e social chama a atenção, pela mudança no perfil desses cidadãos: os

“novos fluxos migratórios” na região passaram a ser marcados pelo deslocamento de pessoas do hemisfério sul, com expressiva consolidação de latino-americanos, especialmente haitianos e venezuelanos, o que “mudou completamente o panorama das migrações no Brasil”, segundo Cavalcanti e Oliveira (2020, p. 14).

Segundo o Relatório 2020 do Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA, 2020, p.18), no entanto, a crise sanitária imposta pela Covid-19 afetou bruscamente o movimento de pessoas nas fronteiras e, portanto, os registros quanto à sua chegada e saída:

“Os movimentos de entrada e saída foram da casa dos milhões para a casa das dezenas de milhares a partir de abril de 2020, a entrada de imigrantes regularizados (com registros migratórios) reduziu aos menores valores em 20 anos e as solicitações de refúgio caíram a patamares comparáveis ao início da década, antes do aumento do fluxo de refugiados venezuelanos”.

O relatório aponta que a média mensal de deslocamentos (entradas e saídas) em 2019 alcançava o patamar de 2,5 milhões de pessoas. Nos meses de abril e maio de 2020, os registros chegavam a 90 mil, caindo para menos de 40 mil nos meses de junho e julho do mesmo ano (OBMIGRA, 2020).

Sintomaticamente, as restrições causadas pela pandemia da Covid-19 também refletiram numa drástica diminuição dos pedidos de refúgio no Brasil. O número mensal, que chegara a 9 mil em 2018, já vinha caindo desde o final de 2019, tendo chegado a 5.614 pedidos de refúgio em fevereiro e 5.771, em março de 2020, com uma queda brusca observada nos meses seguintes: 609, em abril, e 208, em maio (OBMIGRA, 2020).

Ainda segundo o relatório da OBMIGRA (2020, p. 28), “a queda acumulada nas solicitações de refúgio entre 2019 e 2020, considerando os meses de janeiro a agosto, foi de 56,7%”.

Embora os números apontados sejam referentes ao total dos movimentos de entrada e solicitações de refúgio no território brasileiro, eles demonstram expressiva relevância para o presente

estudo, uma vez que a porcentagem referente à comunidade venezuelana variou em cerca de 65% a 75%, entre 2018 e 2019 (OBMIGRA, 2020).

Interiorização e Políticas de Integração no Estado da Paraíba

O Programa Nacional de Interiorização foi implementado pelo governo federal brasileiro em parceria com as Nações Unidas, através do ACNUR, como uma forma de minorar os problemas causados na região Norte com a explosão do fluxo migratório venezuelano a partir de 2018.

Numa ação de cooperação entre diversos atores, os esforços no sentido de dispersar a densidade migratória, notadamente no estado de Roraima, obteve sucesso na medida em que catorze estados brasileiros se disponibilizaram a acolher esses imigrantes, com o apoio de órgãos estatais, instituições privadas e outras da sociedade civil organizada. Segundo informações oficiais obtidas no site do ACNUR Brasil (2022), o processo de interiorização foi encaminhado da seguinte forma: a) municípios e entidades da sociedade civil são contatados pelo governo federal e ACNUR para mapeamento daqueles interessados em receber cidadãos venezuelanos; b) a partir da confirmação de vagas por estado, os imigrantes cadastrados são selecionados e realizam os procedimentos de saúde para deslocamento; c) para garantia do bom funcionamento do programa, ocorre um direcionamento específico na chegada da população venezuelana visando ao acesso a programas de saúde pública, educação e assistência social.

Através de dados do Ministério do Desenvolvimento Regional, é possível rastrear as ações de interiorização efetivadas pelos órgãos governamentais em favor dos refugiados inscritos, conforme gráficos abaixo.

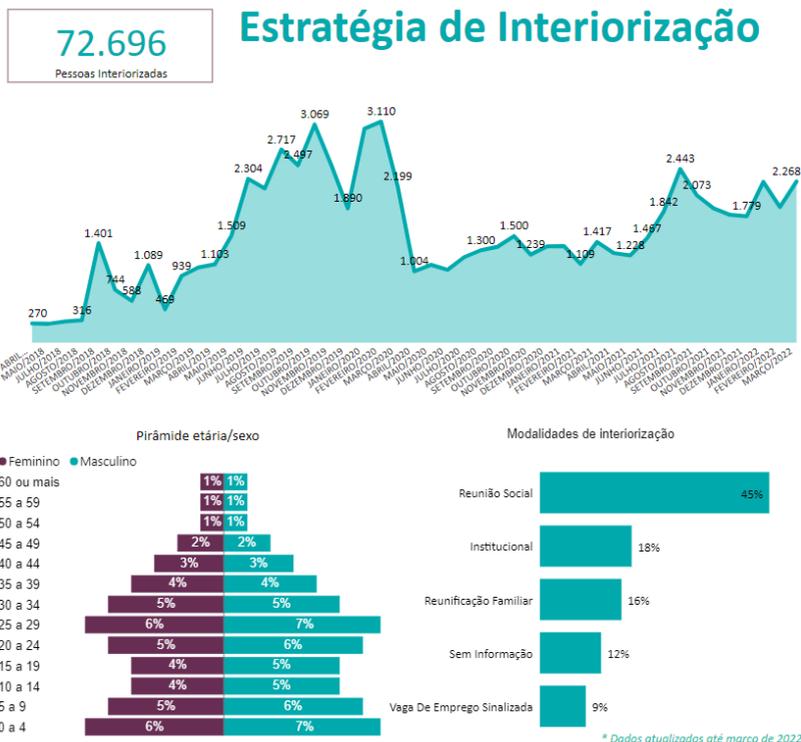


Figura 1. Estratégia de Interiorização (Brasil)
(Fonte: adaptado de MDS, 2022)

Ao solicitar deslocamento para um dos estados do programa, os imigrantes venezuelanos deviam cumprir os seguintes requisitos (ACNUR BRASIL, 2022): a) existência de pedido de Protocolo para Refugiados, Protocolo de Residência Temporária ou Registro Nacional de Migração; b) registro no Cadastro de Pessoa Física (CPF); c) certificado de vacinação de febre amarela e tríplice viral; d) cadastro junto aos órgãos trabalhistas, através do porte físico ou digital da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Maciel, Maria Ellem Souza (2022). A crise venezuelana e seus impactos no âmbito brasileiro: políticas linguísticas de integração de refugiados no Estado da Paraíba. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 20, 2022, 285-306. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.vi20.24509>

Vejam os números a seguir, quanto ao estado da Paraíba.

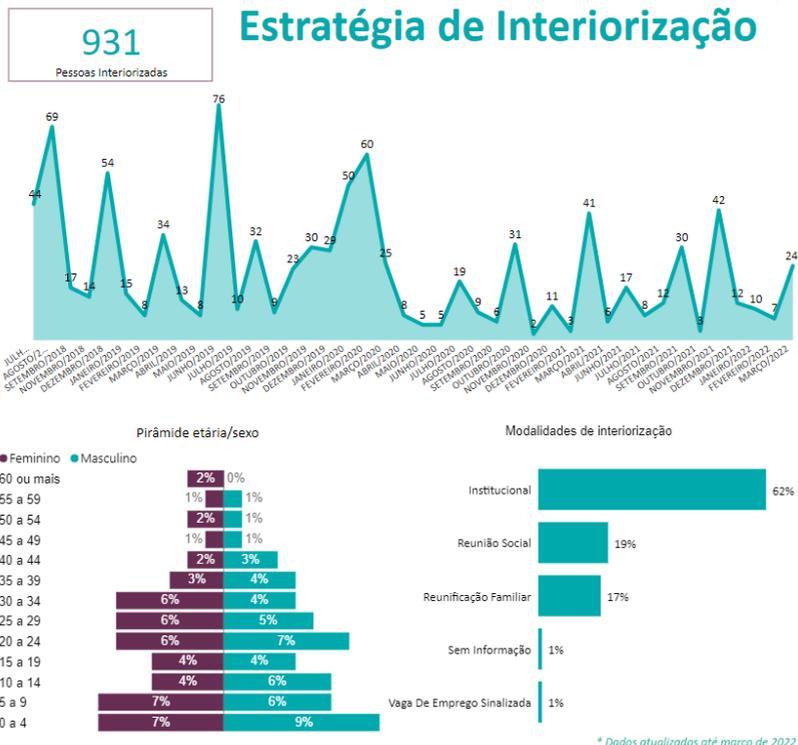


Figura 2. Estratégia de Interiorização (Paraíba)
(Fonte: adaptado de MDS, 2022)

Conforme dados levantados por Silva (2021), de 2018 até abril de 2020, a Paraíba chegou ao número de 628 acolhimentos, dos quais 484 foram recebidos através das ações coordenadas do Programa Nacional de Interiorização. Embora o programa tenha sido descontinuado no estado da Paraíba em julho de 2020, como reflexo da crise sanitária provocada pela Covid-19, atualmente os esforços

Maciel, Maria Ellem Souza (2022). A crise venezuelana e seus impactos no âmbito brasileiro: políticas linguísticas de integração de refugiados no Estado da Paraíba. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 20, 2022, 285-306. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.vi20.24509>

têm se intensificado e outros estados voltam a perceber um novo aumento de refugiados. Até março de 2022, a Paraíba havia recebido um total de 931 interiorizados, conforme dados do governo federal.

Português como Língua de Acolhimento (PLAc): integração linguística e cultural

Até aqui, buscou-se apresentar as questões pertinentes à compreensão da situação venezuelana no que se refere ao recente fluxo migratório, com especial atenção ao Brasil, como destino. Foram apresentados o estatuto de refugiado passível de ser conferido a esses imigrantes, além da política de realocação promovida pelo governo brasileiro em parceria com o ACNUR para solução da crise enfrentada pelo estado de Roraima, destacando-se a abertura do estado da Paraíba como um dos destinos oferecidos pelo Programa Nacional de Interiorização.

Acontece que a dimensão logística e burocrática é apenas uma das que compreendem a miríade de ações necessárias ao bom acolhimento desses refugiados de modo a permitir-lhes uma eficaz integração na sociedade brasileira. Pode-se mesmo dizer que, a despeito das recorrentes dificuldades enfrentadas no nível institucional, é no âmbito social que o desafio do deslocamento se torna realmente difícil: sair do seu espaço e dividir o espaço de outrem à espera de acolhida e refúgio, a depender da cultura do local de destino, pode se tornar um empreendimento frustrante e desmotivador para quem foi forçado a se deslocar em busca de condições de vida mais digna.

É comum o relato do isolamento sofrido pelos refugiados nos países acolhedores, o que se manifesta não apenas na recorrente dificuldade de absorção dessas pessoas em cargos de emprego formal pela economia local, mas até mesmo em graves situações de caráter xenofóbico em contextos informais de interação social (Paredes, 2022).

Nesse sentido, Moreira (2014, p. 93) chama a atenção para o complexo processo de fatores socioeconômicos, culturais e políticos que compreende o acolhimento de refugiados no sentido de

oferecer-lhe “oportunidades de emprego, moradia, aprendizado da língua, utilização de serviços públicos, especialmente de saúde e educação”, visando ainda à “construção de relações sociais com os membros da comunidade local”.

É nesse aspecto que a parceria de diversas instituições e membros da sociedade civil tornou-se crucial para o sucesso do Programa Nacional de Interiorização. A efetiva integração social e econômica só é possível a partir de um processo de adaptação cultural que passa, necessariamente, pelo contato com a língua de acolhimento, conforme Barbosa, Tonhati e Ubiali (2020, p. 82):

“O acolhimento linguístico e cultural precisa ser visto como uma força-motriz que não pode ser desprezada, pois enseja o estabelecimento de políticas públicas fomentadoras de outras modalidades de ensinar e de aprender línguas. [...] saber movimentar-se na nova língua-cultura pode ser um elemento-chave para agir com autonomia em diferentes campos desse novo/outro contexto linguístico-cultural e profissional”.

No estado da Paraíba, houve a implementação do projeto de extensão universitária *Ensino do Português como Língua de Acolhimento para Refugiados e Solicitantes de Refúgio Venezuelanos na Paraíba*, vinculado ao Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas – Campus V, da Universidade Estadual da Paraíba. O projeto atuou desde a chegada dos primeiros venezuelanos ao estado, atendendo aos venezuelanos localizados na ONG Aldeias Infantis SOS, em João Pessoa, com diversas atividades de integração local, principalmente aulas de língua portuguesa ministradas majoritariamente por estudantes de graduação.

O projeto, em sua origem, apresenta-se como vinculado à área temática de “Direitos Humanos e Justiça”, atuando sobre a linha de extensão “Grupos sociais vulneráveis. Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social etc), de emancipação, de respeito à identidade e

inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção” (Pacífico, 2022).

Entre os anos de 2018 e 2020, o referido projeto atendeu refugiados venezuelanos na ONG Aldeias Infantis SOS, em João Pessoa, cidade que recebeu o maior número de pessoas interiorizadas, conforme dados a seguir, do Ministério do Desenvolvimento Social, atualizados em março de 2022.

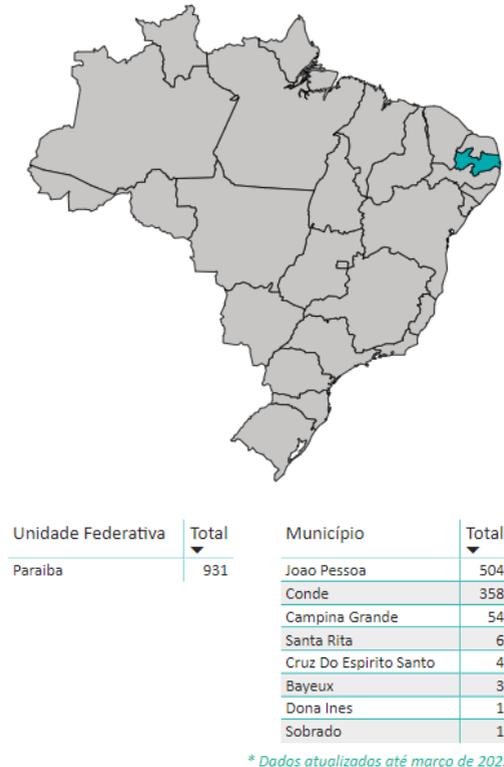


Figura 3. Número de Refugiados por Município (Paraíba)
(Fonte: adaptado de MDS, 2022)

Maciel, Maria Ellem Souza (2022). A crise venezuelana e seus impactos no âmbito brasileiro: políticas linguísticas de integração de refugiados no Estado da Paraíba. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 20, 2022, 285-306. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.vi20.24509>

Com o fim da parceria entre o ACNUR e o Programa Nacional de Interiorização, o qual foi descontinuado em meados de 2020, e o encerramento da chegada de novos refugiados, o projeto concluiu suas atividades oficialmente em dezembro de 2020, quando os venezuelanos que ali estavam foram dispersados para outros abrigos, casas de familiares e conhecidos, ou moradia própria. Em contato com a coordenadora do projeto sobre a situação atual dessas atividades de extensão, obtivemos a informação de que há perspectiva de retorno ao atendimento à comunidade venezuelana na Paraíba ainda em 2022, em encontros individuais que passarão a ser realizados online, em virtude da pandemia da Covid-19 (Pacífico, 2022).

Um importante resultado alcançado pelo projeto é a edição do livro *Português como Língua de Acolhimento (PLAc)*, que serve como material de referência para os monitores voluntários e para os venezuelanos refugiados atendidos pelas atividades extensionistas, contando com a sugestão de diversas intervenções práticas e exercícios de fixação. A obra busca atender, assim, àquilo que Barbosa, Tonhati e Ubiali (2020, p. 83) destacam como ações cruciais para o desenvolvimento adequado do ensino de língua portuguesa nesse contexto de aprendizagem: a) “a necessidade de disponibilizar materiais didáticos apropriados que sejam compatíveis com os objetivos do grupo atendido”; b) além da “demanda premente por esse aprendizado, para que os recém-chegados obtenham autonomia na realização de tarefas de diferentes formatos e em situações variadas no cotidiano”.

Na seção de apresentação, as autoras Pacífico e Santana (2019, p. 7), apontam os seguintes objetivos, aspectos metodológicos e justificativa sobre a obra:

“Seu conteúdo tem como base a apresentação da nomenclatura de objetos, lugares e coisas abstratas e concretas no idioma português e estimula o aprendiz a saber se comportar e responder a situações que são comuns no dia a dia do brasileiro. A metodologia didática e exemplificada permite ao leitor o contato com

a teoria e a prática do ensino do idioma, facilitando a compreensão dos assuntos e fazendo pontos com a realidade.

Os capítulos foram construídos com a participação de diversas pessoas que pensaram de acordo com as demandas que há, neste momento, em João Pessoa com os venezuelanos aqui acolhidos. Este material didático foi produzido para ajudar na integração deles nesta localidade e no Brasil”.

O livro *Português como Língua de Acolhimento (PLAc)* é um material didático rico, que cumpre o seu papel de oferecer resposta a algumas das necessidades da comunidade venezuelana na Paraíba, não apenas no sentido teórico e pedagógico da oferta das aulas em si, mas principalmente de cuidado e boas-vindas, a partir do compromisso de socialização estabelecido pelos envolvidos no projeto de extensão *Ensino do Português como Língua de Acolhimento para Refugiados e Solicitantes de Refúgio Venezuelanos na Paraíba*.

Considerações Finais

A instabilidade social observada na Venezuela nas últimas décadas representa uma das crises mais significativas da América Latina, impactando suas relações no nível internacional, principalmente no âmbito regional.

A referida temática tem grande relevância de pesquisa, tendo em vista que os países da região veem-se inevitavelmente inseridos no campo de ações necessárias à solução dos desafios enfrentados nos seus próprios territórios para assimilação desse contingente migratório. No caso da Venezuela, o principal impacto, sobretudo no Brasil, foi o grande deslocamento de pessoas que ocuparam os estados da zona fronteira, no Norte do país, em busca de melhores condições de vida.

O presente artigo buscou, assim, apresentar um panorama geral da crise migratória venezuelana e das ações do estado brasileiro no sentido de minorar as dificuldades observadas pelo deslocamento dos refugiados, ao criar, em parceria com o ACNUR,

Maciel, Maria Ellem Souza (2022). A crise venezuelana e seus impactos no âmbito brasileiro: políticas linguísticas de integração de refugiados no Estado da Paraíba. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 20, 2022, 285-306. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.vi20.24509>

uma rede de cooperação de cidades acolhedoras para além da região Norte. Para apresentação desse panorama, recorreu-se a textos teóricos que tratam a questão venezuelana no âmbito político, além de relatórios oficiais onde constam os números da imigração para o Brasil nos últimos anos.

A abordagem do caso da Paraíba sobre a recepção de refugiados venezuelanos no âmbito do *Programa Nacional de Interiorização* é particularmente relevante, uma vez que o estado não tem um histórico consolidado de recepção em massa de imigrantes. Escolheu-se como foco desta pesquisa a atuação do projeto de extensão *Ensino do Português como Língua de Acolhimento para Refugiados e Solicitantes de Refúgio Venezuelanos na Paraíba*, por seu potencial de integração comunitária a longo prazo, provocando a necessidade de análises específicas de campo em pesquisas futuras.

Referências

ACNUR BRASIL (2019). *Número de refugiados e migrantes da Venezuela ultrapassa 4 milhões, segundo o ACNUR e a OIM*. Brasília (Brasil): Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/2019/06/07/numero-de-refugiados-e-migrantes-davenezuela-ultrapassa-4-milhoes-segundo-o-acnur-e-a-oim/>.

ACNUR BRASIL (2022). *Programa de Interiorização*. Brasília (Brasil): Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Disponível em: <https://help.unhcr.org/brazil/informativo-para-a-populacao-venezuelana/programa-de-interiorizacao/>.

Andrade, J. H. F. (2021). Regional Refugee Regimes: Latin America. In: Costello, C.; Foster, M.; McAdam, J. (eds.). *The Oxford Handbook of International Refugee Law* (s. p.). Oxford (United Kingdom): Oxford University Press. DOI: 10.1093/law/9780198848639.003.0001 Disponível em:

<https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/law/9780198848639.001.001/law-9780198848639-chapter-1>

Barbosa, L.; Tonhati, T.; Ubiali, M. (2020). *Desafios, limites e potencialidades do empreendedorismo de refugiados(as), solicitantes da condição de refugiado(a) e migrantes venezuelanos(as) no Brasil*. Brasília (Brasil): Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Disponível em:

Maciel, Maria Ellem Souza (2022). *A crise venezuelana e seus impactos no âmbito brasileiro: políticas linguísticas de integração de refugiados no Estado da Paraíba*. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 20, 2022, 285-306. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.vi20.24509>

- https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/09/empreendedorismo_de_refugiados_completa.pdf.
- Cavalcanti, L.; Oliveira, T. (2020). Um Panorama da Imigração e do Refúgio no Brasil. Reflexões à Guisa de Introdução. In: OBMIGRA (2020). Relatório Anual 2020. *Série Migrações*. Brasília (Brasil): Observatório das Migrações Internacionais, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELATÓRIO_ANUAL_2020.pdf.
- MDS. (2022). *Painel Interiorização*: Paraíba (Dados atualizados até março de 2022). Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>.
- Moreira, J. B. (2014). Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 22(43), 85-98. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/471>.
- OBMIGRA. (2020). Relatório Anual 2020. In: *Série Migrações*. Brasília (Brasil): Observatório das Migrações Internacionais, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELATÓRIO_ANUAL_2020.pdf.
- Pacífico, A. M. O. (2022). Dúvidas e informações atualizadas sobre as ações do projeto. [Entrevista concedida à autora, por telefone, em 24 de janeiro de 2022].
- Pacífico, A. M. P.; Silva, S. F. L. (2019). A cooperação como instrumento para fortalecer a integração de migrantes forçados venezuelanos na Paraíba em 2018. *Monções: revista de Relações Internacionais da UFGD*, 8(16), 308-334. DOI: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v8i16.9839> Disponível em: <http://dx.doi.org/10.30612/rmufgd.v8i16.9839>.
- Paredes, N. (2022). Por que venezuelanos estão voltando para o país após êxodo histórico. In: *BBC News Brasil*. 10 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62064570>.
- Santana, M. F. N.; Pacífico, A. M. P. (coord.) (2019). *Português como língua de acolhimento (PLAc)*. Campina Grande (Brasil): EdUEPB.
- Silva, S. F. L. (2021). *A integração local dos migrantes forçados venezuelanos na Paraíba (2018 – 2020)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade
- Maciel, Maria Ellem Souza (2022). A crise venezuelana e seus impactos no âmbito brasileiro: políticas linguísticas de integração de refugiados no Estado da Paraíba. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 20, 2022, 285-306. ISSN: 2182-018X. DOI: http://doi.org/10.30827/dreh.vi20.24509*

Estadual da Paraíba. Disponível em:
<http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/3755/2/PDF%20-%20Sarah%20Fernanda%20Lemos>.

Vaz, A. C. (2017) A crise venezuelana como fator de instabilidade regional. *Análise Estratégica*, 3(3), 1-7. Disponível em:
<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEAE/article/view/1171>

Para saber mais sobre a autora...

Maria Ellem Souza Maciel

De 2015 a 2021, Professora de Inglês na Prefeitura Municipal de João Pessoa (Brasil).

Doutoranda pela Universidade de Coimbra (Portugal) a partir Fevereiro de 2021, Doutoramento em Estudos Contemporâneos (CEIS20 III, Universidade de Coimbra).

Como citar este artigo...

Maciel, Maria Ellem Souza (2022). A crise venezuelana e seus impactos no âmbito brasileiro: políticas linguísticas de integração de refugiados no Estado de Paraíba. *DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES*, 20, 285-306.

DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.vi20.24509>

Maciel, Maria Ellem Souza (2022). A crise venezuelana e seus impactos no âmbito brasileiro: políticas linguísticas de integração de refugiados no Estado da Paraíba. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 20, 2022, 285-306. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.vi20.24509>